

NEOLIBERALISMO, GLOBALIZAÇÃO E POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL NO CEARÁ: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.

*Autor: Thatiane Fernandes de Sousa
Universidade Estadual do Ceará (UECE)
thatianefs@gmail.com*

Resumo do artigo: O artigo em tela aborda a política pública de educação no Ceará a partir do contexto neoliberal. O objetivo é compreender as políticas de educação estaduais como estratégias situadas em uma lógica internacional. O estudo justifica-se pela importância de compreender a temática para a melhor atuação junto às problemáticas ligadas à educação. O trabalho em questão faz parte de uma dissertação de mestrado na área de planejamento e políticas públicas, sendo este fragmento o resultado de uma revisão de literatura e levantamento de dados. As políticas públicas são iniciativas do Estado para atender a demandas sociais, sendo assim, a dinâmica ocorre com a entrada das temáticas na agenda de discussão dos governos, passando pela escolha das políticas e sua implementação, até chegar a fase de avaliação. A questão é que essas políticas não passam apenas por questões, interesses e conflitos locais, mas estão inseridas em um contexto internacional, já que, no caso do Brasil, muitas vezes os recursos para a implementação são oriundos de organismo internacionais que possuem diretrizes e objetivam retorno no investimento feito. Sobre a organização do trabalho, apresentam-se elementos relevantes para a compreensão do conceito de política pública, em seguida, aborda-se a discussão sobre neoliberalismo, globalização, organismos internacionais e a relação destes com as políticas públicas no Brasil, especialmente a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso. Por último, traça-se uma trajetória das políticas públicas de educação no Ceará com destaque aos governos Tasso Jereissati e Cid Gomes. Os resultados apontam para um enquadramento um alinhamento cada vez maior entre as políticas públicas em nível local e as diretrizes fundamentadas no neoliberalismo e na globalização, ou seja, o Ceará está inserido nesse contexto.

Palavras-chave: Política Pública, Ceará, Educação, Globalização, Neoliberalismo.

Introdução

Toda política pública é uma decisão, ou seja, até que uma política seja colocada em prática há um processo, muitas vezes longo e conflituoso, que envolveu caminhos possíveis a seguir para resolver problemas, demandas da sociedade. Não sendo possível escolher todos os caminhos, é preciso tomar a decisão, fazer escolhas. Assim, dificilmente uma política pública será capaz de responder a todas as demandas para as quais foi pensada.

Segundo Assunção, Fialho e Lima (2015),

Podemos entender que o início do processo de formulação das Políticas Públicas decorre das demandas por ações de diversas formas por grupos de interesses distintos, pressionando os governos nas diferentes esferas a fim de aperfeiçoar a aplicação dos recursos financeiros e, em consequência, aperfeiçoar os benefícios, sendo que os aspectos políticos influenciam forte e diretamente na formulação e estruturação das Políticas Públicas. (ASSUNÇÃO; FIALHO; LIMA, 2015, p.125)

Conforme explicam os autores supracitados, a pressão feita por grupos, também chamados de atores, faz a diferença quando da formulação das políticas. Vale ressaltar que os diversos grupos não apresentam o mesmo poder de negociação, sendo esse um dos elementos que fomentam tensões quanto à escolha do caminho a seguir.

Segundo Brenner, Amaral e Caldas (2008), a elaboração de uma política pública tem cinco fases, são elas: formação da agenda; formulação das políticas; processo de tomada de decisão; implementação e avaliação. A formação da agenda acontece a partir do momento que as demandas são identificadas, ou seja, a necessidade da política vem da identificação de um problema e da consequente cobrança para que o mesmo seja solucionado. Assim, a formação da agenda coloca em pauta a demanda existente, levando em consideração o maior número possível de informações sobre o problema. Após a identificação e o estudo do problema, ocorre a segunda fase que é a de formulação de políticas, ou seja, elaborar propostas de soluções para a demanda apresentada; é nessa fase em que os vários atores vão defender suas ideias. Em seguida, ocorre a terceira fase que é a de tomada de decisão, ou seja, dentre as soluções possíveis é preciso escolher aquela que melhor congrega os atores envolvidos e os recursos disponíveis; é nessa fase que a política começa a ganhar forma mais concreta. A penúltima fase é a de colocar em prática o que está proposto na política, ou seja, articular atores, recursos e instituições em torno da resolução da demanda que desencadeou a elaboração da política pública. A última fase, avaliação, dá um retorno de como a política está sendo executada, é quando se analisa o que está ocorrendo de acordo com o planejado e os ajustes que precisam ser feitos. Ainda segundo os autores Brenner, Amaral e Caldas (2008), um aspecto importante a ser dito é de que essas fases não são isoladas, mas sim conectadas, relacionadas. As cinco fases estão em comunicação ao longo do processo de elaboração, implementação e avaliação da política pública.

Na tentativa de propor uma síntese do que foi exposto nesse tópico, apresenta-se relevante o conceito elaborado por Souza (2006), no qual mostra a importância da existência de um governo democrático para a formulação de políticas públicas:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p.26)

As políticas públicas podem, então, ser entendidas como as ações do governo no sentido de trabalhar as demandas da sociedade, tentando articular interesses diversos e equilibrar o que se quer, o que se pode fazer e o que se deve fazer.

Metodologia

A pesquisa bibliográfica buscou fazer uma breve revisão de literatura para construir os conceitos de política pública, neoliberalismo e globalização. Para discutir as políticas educacionais no Ceará na interface do neoliberalismo e da globalização, foi feito um levantamento de teses e dissertações que abordam a educação cearense e as ações governamentais especialmente a partir dos anos 90. Complementando a bibliografia, dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) sobre educação no Ceará foram consultados.

Política educacional e a interface do neoliberalismo

Ao falar em interesses diversos, especialmente nos dias correntes, é preciso compreender as políticas públicas dentro de uma complexa engrenagem que vai além das questões locais. Nesse sentido, duas palavras são constantes quando o tema das políticas públicas surge: globalização e neoliberalismo. Ainda que tais construtos não sejam o cerne desta pesquisa, importa tecer alguns esclarecimentos necessários.

O século XXI está presenciando a consolidação de uma face, recente e voraz, do capitalismo moderno: o neoliberalismo. Cada vez mais, percebe-se a interligação entre decisões políticas e suas consequências no campo econômico, além disso, os países alinhados com os fenômenos da globalização e do neoliberalismo vivem ancorados em diretrizes e orientações de organismos internacionais.

As práticas neoliberais surgem no contexto de fortalecimento das ideias do chamado Estado de bem-estar social, em alta especialmente na Europa e nos Estados Unidos desde o pós-guerra até os anos 80. Segundo Nogueira (2002, p.115),

O termo bem-estar social aparece em finais da década de 40 e início dos anos 50. A vinculação do homem ao entorno social passa a fazer parte da preocupação de acadêmicos e políticos, os quais indicam que o bem-estar não pode ser apreendido unicamente como condição individual, mas também social e dependente de uma intervenção do Estado.

Desse modo, ter bem-estar não é fruto da ação individual apenas, mas de um esforço coletivo que chega até a ação do Estado sobre as necessidades diversas da sociedade. Essa discussão sobre a responsabilidade do Estado na construção do bem-estar social ganha força e no plano internacional “Bem-estar social” passa a ser considerado além do bem-estar econômico, apenas centrado em bens e utilidades, mas acentuando-se o enfoque no bem-estar individual e comunitário, na autonomia e nos componentes de auto-realização” (NOGUEIRA, 2002, p.115).

Em síntese, o Estado de bem estar social percebe-se como responsável por promover ações que possibilitem o bem-estar à sociedade, precisando intervir, inclusive, nas relações produtivas e de mercado, enquanto, o Estado neoliberal reconhece-se como agente que não deve interferir no mercado.

O neoliberalismo surge em meio a essa tentativa de colocar em prática o Estado de bem estar social, ou seja, em resposta a este, estratégias para limitar a ação do Estado na economia, na sociedade e na política são evidenciadas e o poder do mercado amplia-se.

Os aspectos ligados ao neoliberalismo são direta ou indiretamente limitadores da ação do Estado na intervenção em problemas sociais por meio de políticas públicas, pois interesses econômicos e interesses políticos aglutinam-se cada vez mais, impedindo que demandas importantes da sociedade sejam atendidas.

O século XXI assiste um fenômeno que teve suas raízes ainda no século XVI, com as Grandes Navegações, somar-se ao neoliberalismo e fortificá-lo: a globalização. Segundo Bauman (1999, p. 57):

Esta nova e desconfortável percepção das “coisas fugindo ao controle” é que foi articulada (com pouco benefício para a clareza intelectual) num conceito atualmente na moda: o de globalização. O significado mais profundo transmitido pela idéia da globalização é o do caráter indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais; a ausência de um centro, de um painel de controle, de uma comissão diretora, de um gabinete administrativo.

Nesse contexto de ascensão do neoliberalismo e da globalização, são criados organismos/instituições que, em decorrência da ampliada integração geoeconômica global, tornaram-se importantes no cenário mundial. Objetivam estabelecer um ordenamento das relações intranacionais de poder e influência política e agem na elaboração e regulação de normas, incentivam acordos entre países e buscam atender objetivos específicos relacionados à razão da existência de cada uma, dentre outras funções.

Os organismos internacionais, especialmente os agentes financeiros, interferem na elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas com o objetivo de garantir o retorno não só econômico, mas também político e social do montante investido, além de garantir o alinhamento desses países às diretrizes do capitalismo em perspectiva neoliberal e global.

Nesse sentido, Frigotto (2001) apresenta uma reflexão esclarecedora sobre o posicionamento das políticas públicas na atualidade.

Assim, as políticas públicas surgem no cenário da globalização como forma de regulação social e de ajuste estrutural, como um mecanismo formal (Estado) e informal (sociedade civil) que estruturam o conjunto de setores da vida social, política e econômica, nas dimensões pública e privada e que, no caso específico do Brasil, apontam para uma concepção pública produtivista e mercantilista, procurando desenvolver habilidades e competências definidas pelo mercado, o que possibilitaria a empregabilidade (FRIGOTTO, 2001, p.64).

Os organismos internacionais passaram a determinar metas que devem ser atingidas pelos países, inclusive na educação, com o objetivo de convergi-los em torno da nova ordem econômica, política e social que tem na globalização e no neoliberalismo a sua base.

Pode-se citar algumas das instituições que têm interferido na definição das políticas educacionais no mundo: Organização dos Estados Americanos (OEA), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial (BM), Comunidade Europeia (CE), Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Programa de Promoção das Reformas Educativa da América Latina e Caribe (PREAL), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Assim, o neoliberalismo vem causando efeitos sobre os rumos sociais, políticos e econômicos de diversos países, tendo como forte aliada a globalização e utilizando-se de organizações internacionais para interferir na ação estatal por meio das políticas públicas introduzidas nas diversas demandas da sociedade.

As políticas educacionais, por sua vez, estão cada vez mais alinhadas com as diretrizes de organismos internacionais, além de sofrerem influência do neoliberalismo e da globalização. Assim, a sociedade caminha, a depender do país, rumo à homogeneização da formação com o intuito de atender às exigências do mercado de trabalho.

Homogeneizar não quer dizer que todos devam receber a mesma formação, mas que adquiram competências, habilidades e comportamentos adequados para exercer funções específicas, assim, um estudante que termina o Ensino Médio no nordeste brasileiro deve ter uma base de conteúdos semelhante àquele de conclui no sul do país.

Nesse contexto, dos anos 90, o Estado brasileiro passou por um processo de reforma que teve como fundamentos o corte em gastos públicos e a privatização. Nos anos 2000, durante os governos Lula e, posteriormente, Dilma, nota-se um aumento nos investimentos públicos e maior atenção dada à educação, a título de exemplificar: expansão e interiorização das universidades e institutos federais; criação da lei do piso do magistério que prevê, dentre outros direitos, carga horária de planejamento; criação do Programa Universidade para Todos que ampliou o acesso ao ensino superior; criação de leis de cotas; ampliação do financiamento estudantil para o ensino superior. Tais programas e projetos permanecem consoantes às determinações das agências internacionais.

A partir de 1995, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), teve início a Reforma do Estado com viés neoliberal. Tal reforma trouxe alterações consideráveis, conforme explica Rocha (2015, p.83).

Em vez de ampliar as formas de participação e socializar os meios de decisão política, FHC optou por privatizar ou transferir os bancos públicos regionais e as indústrias estatais para consórcios em que uma burguesia nacional dependente se aliasse a investidores internacionais para garantir oligopólios em território nacional; em vez de aprofundar a CLT e as formas de salário indireto para democratizar o filtro corporativista da herança varguista e consolidar uma guinada socialdemocrata na economia, FHC optou por tentar “flexibilizar” e destruir as mediações políticas entre capital e trabalho; em vez de operar como árbitro no sentido do *Welfare State*, o Estado sob FHC optaria por defender os interesses exclusivos da “iniciativa privada” e deixaria os trabalhadores “flexibilizados” sem poder de negociação econômica e política.

Essas reformas neoliberais ganharam tamanha importância que FHC designou um órgão para cuidar delas. Assim, “a elaboração e a execução da Reforma do Estado ficou inicialmente sob a responsabilidade do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), chefiado pelo ministro Bresser Pereira, mas o ministério foi extinto no início de 1999 e a reforma passou a ficar sob a responsabilidade do Ministério do Orçamento e Gestão” (ROCHA, 2015, p.88).

As políticas públicas educacionais vivenciaram, por sua vez, um desenvolvimento pautado na reorganização institucional visando à descentralização, à autonomia das instituições e à busca pela qualidade, conforme explica Maués.

As políticas educacionais brasileiras, como políticas consentidas pelo governo em relação às exigências dos organismos internacionais, têm colocado destaque na Gestão, na Equidade e Qualidade, no Financiamento e no Aperfeiçoamento Docente. O desenvolvimento dessas políticas tem como objetivos a reorganização institucional e a descentralização da gestão; o fortalecimento da autonomia das escolas (pedagógica, curricular, financeira), a melhoria da equidade e qualidade, as reformas curriculares e o aperfeiçoamento docente (MAUÉS, 2003, p.17)

Como a educação é um setor estratégico para implantar essas medidas, já que abrange um número elevado de pessoas e pessoas em processo de formação, este foi e é um dos pilares sociais mais atingidos pelas políticas neoliberais, desde o nível global até o local.

Reformas educacionais cearenses a partir dos anos 90

O Ceará, por sua vez, não foge dessa linha e também vem orientando suas políticas educacionais a partir de aspectos que vão além das circunstâncias locais e dos interesses internos. A partir de 1995, início do mandato do governador Tasso Jereissati, o Estado passou a alinhar-se com as reformas promovidas a nível federal pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Segundo Ramos, Lira e Soares (2012), as políticas de modernização da educação promovidas durante os dois mandatos de Tasso Jereissati (1995-1988; 1999-2002) podem ser resumidas em três aspectos: modernização dos processos de gestão; ferramentas de suporte à gestão e fortalecimento do controle social. Assim, buscava-se dar maior ênfase a gestão e não mais ao planejamento, como ocorria anteriormente. A seguir, um quadro explicativo dos três aspectos citados.

Quadro 1 - Gestão educacional durante os governos de Tasso Jereissati (1995-1998;1999-2002)

Estratégia de gestão	Ação promovida
Modernização dos processos de gestão	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão Integrada da Escola (GIDE) – adotada como ferramenta de planejamento institucional. • Formação continuada de gestores voltada para princípios e práticas empresariais de gestão escolar.
Ferramentas de suporte à gestão	<ul style="list-style-type: none"> • Diretrizes para a educação básica. • Sistema de Acompanhamento e Desempenho da Rotina Escolar (SADRE). • Sistema Integrado de Gestão Educacional (SIGE)
Fortalecimento do controle social	<ul style="list-style-type: none"> • Conselhos escolares. • Grêmios estudantis.

Fonte: Elaboração própria a partir de Ramos, Lira e Soares (2012)

Com o exposto até aqui, é possível notar que as mudanças empreendidas durante o governo Tasso Jereissati, buscavam atualizar o modelo de gestão pública a partir das demandas vivenciadas após o fim do regime militar (1964-1985), além de modernizar o Estado nos moldes ditados pelo neoliberalismo e, para a educação, dar um visão mais empresarial. Ramos, Lira e Soares (2012) ainda acrescenta nesse contexto a transferência de responsabilidades realizada pelo Estado.

Podemos perceber que com a reforma do Estado brasileiro, a política neoliberal adotada resultou, na área educacional, em medidas de descentralização, no que diz respeito a promoção do serviço público, à gestão e ao financiamento, em que o poder público atribuiu a outros setores responsabilidades que lhe eram inerentes, como ocorre nas privatizações e na publicização, onde é atribuído ao setor privado e às organizações públicas não estatais responsabilidades inerentes à função do Estado de direito. Dentre os serviços, destaca-se a educação escolar como mercadoria. (RAMOS; LIRA; SOARES, 2012, p. 272)

Assim, de 1995 até 2002, o Ceará passou por uma reestruturação que impactou nos vários setores, inclusive na educação, fazendo-a acontecer em torno de uma gestão voltada para o alcance de metas. Em abril de 2002, Tasso Jereissati renuncia e Beni Veras, vice-governador, assume o governo até a conclusão do mandato, que ocorre em 1 de janeiro de 2003 quando o governador eleito, Lúcio Alcântara, assume a chefia do executivo cearense.

Nos idos de 2003/2006 o governo de Lúcio Alcântara, em sintonia com o “Movimento das Escolas Eficazes” e em busca de crescimento positivo de indicadores educacionais, estabelece a Gestão Integrada da Escola- GIDE- como instrumento de planejamento. A GIDE, com foco nos resultados, compila os instrumentos: Projeto Político Pedagógico (PPP), Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) e Programa de Melhoria da Educação Básica (PMDB), visando a racionalizar o trabalho da escola. (RAMOS; LIRA; SOARES, 2012, p.273)

De modo geral, Lúcio Alcântara mantém linha de atuação semelhante a de seu antecessor, buscando focar as políticas educacionais na gestão, não mais no planejamento, e priorizando a gestão para resultados. A prova disso é o fortalecimento da Gestão Integrada da Escola (GIDE), que foi criada durante o governo de Tasso Jereissati e fortalecida no governo de Lúcio Alcântara. Este conclui seu governo em 2006 e no ano seguinte assume o governador eleito Cid Gomes que esteve governador do Ceará por dois períodos 2007-2010 e 2011-2014.

As intenções de industrializar e aumentar o investimento em infraestrutura ficam claras antes mesmo de o mandato começar. Em setembro de 2006, período pré-eleitoral, a coligação “Ceará vota para crescer”, que tinha como candidato a governador Cid Gomes, lança suas diretrizes para o plano de governo. Distribuídas em cerca de 50 páginas, o documento “As diretrizes para o plano de governo – Coligação “Ceará vota para crescer” organiza-se em temas.

No campo da educação existiam muitos desafios: aumentar o acesso; melhorar a qualidade; reduzir a taxa de abandono e reprovação, como expõe Monteiro (2015):

No plano educacional, por muitos anos o Estado do Ceará ficou nas últimas posições do ranking nacional, apresentando sérios *déficits* na educação, assim como toda a região Norte e Nordeste do Brasil. Muitos problemas como o acesso, a qualidade, a evasão, o abandono, o analfabetismo funcional foram e continuam sendo marcas na educação cearense. (MONTEIRO, 2015, p.51)

O tema “Ciência, educação e tecnologia” apresentou como objetivo geral “Trabalhar a educação, a ciência, a tecnologia de forma intersetorial como premissa para o novo projeto de desenvolvimento que o Ceará

merece”. Nesse sentido, a principal marca dos dois mandatos (2007-2010; 2011-2014) do governo Cid Gomes, no tocante ao Ensino Médio, foi a implantação das escolas estaduais de educação profissionalizante.

Uma das mudanças na educação estadual a partir dessa política de implantação de escolas profissionalizantes foi o aumento significativo de matrículas na rede estadual de ensino, conforme Lima (2014)

Em 2008, com a inauguração das 25 escolas profissionais, a matrícula inicial do EMI [Ensino Médio Integrado] foi de 6.410 alunos em todo o estado. Em 2009, houve um crescimento de quase 100% das matrículas, chegando em 2013 com quase 36 mil estudantes matriculados. (LIMA, 2014, p.38) Até 2013, em números totais, houve um investimento em torno de 645 milhões de reais na rede estadual de educação profissional do Ceará. Deste montante, um pouco mais de 304 milhões advindos do Governo Federal através do Brasil Profissionalizado e cerca de 340 milhões do Governo Estadual. Esse investimento foi priorizado para a oferta de ensino médio integrado à educação profissional aumentando aproximadamente 560% da matrícula no período de cinco anos. Aprofundando os dados sobre a oferta de ensino médio, o quadro abaixo demonstra a evolução da matrícula de EMI no estado do Ceará entre os anos de 2008, ano da implantação das primeiras EEEPs, a 2013, quando temos as informações do último censo escolar. (LIMA, 2014, p.37)

Esse crescimento no número de matrículas representa o aumento do acesso à educação, mas ainda existia, e existe, o problema da qualidade. Nesse sentido, diversas ações foram implementadas.

Na página eletrônica da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SECUC-CE), há uma seção destinada aos programas e projetos desenvolvidos por esta secretaria, seja por iniciativa própria ou em parceria com outras instâncias governamentais ou instituições, seguem alguns deles: Aprendiz na escola; Projeto E-jovem; Mais Paic; Programa escola que protege – Peteca; Programa Mais Educação; Projeto Jovem de Futuro; Projeto Professor Diretor de Turma; Aprender pra Valer; Parlamento Jovem; Projeto Rumo à Universidade; Eu curto a universidade; Programa atleta na escola; Enem, chegou junto, chegou bem.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BM) são os principais financiadores externos das ações desenvolvidas pelo governo do Estado de Ceará. Um dos exemplos que podemos citar data dos anos 90.

Na década de 1990, a intervenção do Banco Mundial na política educacional brasileira teve um total de financiamento combinado de cerca de US\$ 1 bilhão, com a aprovação de 6 projetos que contemplaram 13 estados brasileiros. Dos 6 projetos, 2 continuaram para a Região Nordeste, com abrangência para todos os estados: “Educação Básica no Nordeste II” (Maranhão, Ceará, Pernambuco e Sergipe) e “Educação Básica no Nordeste III” (Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Bahia). (Banco Mundial, 1994, p. 16).

(83) 3322.3222

contato@joinbr.com.br

www.joinbr.com.br

Obviamente que esse investimento não é injetado gratuitamente nos Estados e estes, por sua vez, devem monitorar as ações dando respostas às demandas apresentadas pelos organismos internacionais. O Ministério da Educação fica na incumbência de monitorar as ações, conforme explica o próprio Banco Mundial.

A necessidade do MEC em supervisionar e apoiar a educação básica estava indicada no Programa Nacional do projeto Nordeste II. Dentre as ações que foram previstas e efetivadas destacam-se: o processo de avaliação nacional sistemática do desempenho do sistema escolar, que incluiu a realização de testes padronizados sobre o aproveitamento estudantil, a partir do SAEB; a análise e disseminação política de inovações educacionais eficazes; e a transferência de recursos financeiros aos estados e municípios destinados a reduzir as desigualdades por estudante (Banco Mundial, 1993).

Embora os governos tenham empreendido ações no sentido de mudar este cenário, a melhoria da aprendizagem é uma busca constante na educação do Estado. O quadro abaixo apresenta resumidamente o trajeto da política educacional cearense entre os governos de Tasso Jereissati e Cid Gomes. As informações estão organizadas em três colunas: na primeira encontram-se o período do governo, o nome do governador e o partido ao qual ele estava ligado; na segunda coluna apresentam-se os planos; na terceira encontram-se as ações.

Para modernizar e industrializar o Estado era preciso, segundo o que defendia o governo, qualificar a população para as novas exigências do mercado de trabalho e isso se dava por meio da educação, daí o investimento maciço em escolas profissionalizantes que ofertam, além do ensino regular, cursos técnicos profissionalizantes de acordo com a demanda de mercado existente em cada região do Ceará.

Considerações finais

As demandas sociais são constantes. Reivindicações por melhores condições de moradia, saúde, educação, segurança pública e lazer, convivência com o meio ambiente, igualdade de oportunidades dentre outras, fazem parte da pauta de discussão. No Ceará, assim como no Brasil, as políticas públicas são traçadas levando em consideração não só o contexto local, mas referências internacionais.

A partir dos anos 90, o neoliberalismo e a globalização entraram com força no debate em torno da oferta, acesso e permanência dos alunos às escolas públicas brasileiras. Nesse sentido, os governos cearenses passaram a criar programas e projeto que promovessem a melhoria educacional. No entanto, apesar de reconhecer os avanços atingidos, ainda é preciso convergir interesses políticos e recursos

disponíveis com objetivos que pretendem ser atingidos, além disso, há a necessidade de criar políticas que levem em conta as especificidades cearenses.

Referências bibliográficas

ASSUNÇÃO, Eduardo Queiroz de; FIALHO, Lia Machado Fiuza; LIMA, Glauber Robson Oliveira. Políticas públicas, governo e sociedade. In: XAVIER, Antônio Roberto; TAVARES, Rosalina Semedo de Andrade; FIALHO, Lia Machado Fiuza (Orgs.). **Administração pública: desafios contemporâneos**. Fortaleza: EdUECE, 2015.

BANCO MUNDIAL. Segundo Projeto Nordeste de Educação Básica. Relatório de avaliação prévia n. 11298-BR. Washington, DC, abr. 1993.

BANCO MUNDIAL. Projeto de Melhoria da Qualidade da Educação Básica em Minas Gerais (Pró-Qualidade). Relatório de Avaliação n. 12477-BR. Washington, DC, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BRENNER, L; AMARAL, J. N.; CALDAS, R. W. **Políticas públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Reformar educativas e o retrocesso democrático no Brasil dos anos 90. In: LINHARES, Célia (Org.) **Os professores e a reinvenção da escola**. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, Ana Léa Bastos. **Escolas estaduais de educação profissional – A experiência do ensino médio integrado à educação profissional do Ceará a partir de 2008**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Dissertação do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Juiz de Fora: UFJF, 2014.

MAUÉS, Olgaíses. Os organismos internacionais e as políticas educacionais no Brasil. In: GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira (Org.). **Currículo e políticas públicas**. Autêntica: Belo Horizonte, 2003.

MONTEIRO, Raquel Araújo. **Escolas estaduais de educação profissional do Ceará e a tecnologia empresarial e socioeducacional: a transposição lógica empresarial para a escola pública**. Universidade Federal do Ceará. Dissertação do Mestrado em Educação Brasileira. Fortaleza: UFC, 2015.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. **Bem-estar, bem-estar social ou qualidade de vida: a reconstrução de um conceito**. Semina: Ciências Humanas e Sociais. Londrina, v. 23, p. 107-122, set, 2002.

ROCHA, André. **A reforma do Estado de FHC: lógica neoliberal e ideologia socialdemocrata**. Revista Cambia, v.1, n.1, p. 83-91 jan-jul, 2015.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, v.8, n.6, p.20-45, jul./dez. 2006.